

**MOTIVOS DA NÃO EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE CUNHO SOCIOAMBIENTAL  
DAS COMPANHIAS LISTADAS NO NOVO MERCADO DA B3**

**VICTOR HUGO FERNANDES DE ALMEIDA FERREIRA**  
victorhugofernandes@gmail.com

**ODERLENE VIEIRA DE OLIVEIRA**  
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA  
oderlene@hotmail.com

## **MOTIVOS DA NÃO EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE CUNHO SOCIOAMBIENTAL DAS COMPANHIAS LISTADAS NO NOVO MERCADO DA B3**

### **RESUMO**

Embora se reconheça que nos últimos anos tenha ocorrido um crescimento na divulgação de relatórios de responsabilidade socioambiental das empresas, admite-se ainda que há um longo caminho a ser percorrido no sentido de que esses relatórios atendam seus usuários, considerando as características de materialidade, consistência, integridade e responsabilidade na informação socioambiental. Portanto, nesta pesquisa tem como objetivo geral analisar os motivos para não evidenciação dos relatórios socioambientais das empresas listadas no segmento Novo Mercado da B3. Para tanto, foi adotada a abordagem qualitativa, pesquisa do tipo descritiva e documenta fazendo uso dos Formulários de Referência disponibilizados pelas empresas. Como conclusão do estudo, pode-se constatar que as empresas do segmento do Novo Mercado da B3 não estão preocupadas em buscar a tão almejada “diferenciação” mercadológica, pois do universo de 126 empresas, 56 não evidenciaram os relatórios socioambientais e apenas 42 apontando os motivos da não evidenciação. Sendo eles: (i) não possuem políticas socioambientais (23 empresas); (ii) precisam melhorar os seus processos internos (14 empresas); (iii) fatores organizacionais e valores (7 empresas); (iv) custos (3 empresas); e (v) Legislação e Regulamentação Ambiental (2 empresas).

**Palavras-chave:** Responsabilidade Social Corporativa. Governança Corporativa. Evidenciação Ambiental.

## **REASONS FOR NON-DISCLOSURE OF SOCIAL AND ENVIRONMENTAL INFORMATION OF COMPANIES LISTED ON THE NEW B3 STOCK EXCHANGE**

### **ABSTRACT**

Although there has been an increase in the disclosure of reports on social and environmental responsibility of companies, there are big steps that must be taken regarding that these reports should meet the demands of stakeholders, considering materiality, consistency, integrity and responsibility aspects in disclosing social and environmental information. Thus, this article aims to analyze the reasons for non-disclosure of social and environmental reports of the companies listed on the new B3 stock exchange. This study uses a qualitative approach and it is a descriptive and documentary research. The results show that the companies listed on the new B3 stock exchange are not concerned with differentiation on the marketplace, since 56 out of 126 companies do not disclosure social and environmental reports, and 42 point out the reasons of the non-disclosure, which are: (i) they do not have social and environmental internal policies (23 companies); (ii) they need to improve internal processes (14 companies); (iii) organizational aspects and values (7 companies); (iv) costs (3 companies); and Environmental Legislation and Regulations (2 companies).

**Keywords:** Corporate Social Responsibility. Corporate Governance. Environmental Disclosure.

## 1 INTRODUÇÃO

Com o mundo cada vez mais preocupado com a sustentabilidade na sociedade moderna, o *disclosure* socioambiental se tornou uma atividade fundamental para a competitividade e o desempenho das empresas (BAUMGARTNER, 2014). Comier e Magnan (2013) comentam que o *disclosure* socioambiental é relevante economicamente para o mercado financeiro e o afeta de maneira direta ou indireta. Nesse caso, analistas e investidores financeiros se beneficiam de uma maior transparência. Contudo, há empresas que possuem apenas um engajamento socioambiental parcial em seus relatórios (RODRIGUE, 2014).

As instituições privadas, principalmente as de capital aberto, têm adotado práticas de governança corporativa, as quais contemplam cada vez mais critérios de sustentabilidade (LANE, 2003; TIROLE, 2001) como orientação para os *stakeholders* (SCHIMIDT; TYRELI, 1997). As práticas de governança corporativa configuram-se como uma série de mecanismos internos e externos à organização, que possuem a finalidade de sincronizar as ações de gestores e os interesses dos proprietários, de forma a minimizar possíveis conflitos (FERREIRA et al., 2013).

Neste contexto, ainda que a Governança Corporativa e a Responsabilidade Social Corporativa venham sendo estudadas, na maioria das vezes, de forma isoladas, atualmente é possível evidenciar a relação de complementaridade existente entre elas (BELTRATTI, 2005). Empresas que apresentam na sua gestão a Governança Corporativa tem apresentado um bom desempenho na Responsabilidade Social Corporativa (LUO, 2006).

A publicação dos relatórios socioambientais no Brasil não é obrigatória. Porém, para a divulgação ambiental existem recomendações, como o Parecer de Orientação n.15/87 da CVM, a Norma e Procedimento de Auditoria n.11 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e a Resolução n.1.003/04 do Conselho Federal de Contabilidade que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica n.15 (ROVER et al., 2008). A B3 (antiga BM&FBovespa), em dezembro de 2011, passou a recomendar que as empresas listadas indicassem, a partir de 2012, no Formulário de Referência (item 7.8), se publicavam Relatório de Sustentabilidade ou similar e onde estaria disponível. E em caso negativo deveriam explicar o motivo porque não o faziam e sinaliza que deveriam utilizar o relatório "Relate ou Explique" para essa finalidade (BM&FBOVESPA, 2016). Em linha com essa determinação e reforçando-a, a Comissão de Valores Monetários (CVM) criou no sistema de Informações Periódicas Eventuais (IPE), em dezembro de 2011, uma nova categoria denominada "Relatórios de Sustentabilidade" na qual a empresa deveria arquivar o seu relatório (BM&FBOVESPA, 2016). No caso do mercado brasileiro, presume-se que, as iniciativas voluntárias de divulgação sejam efetivas.

Embora sejam evidenciados estudos voltados a Evidenciação ambiental, Socioambiental e a Divulgação Voluntária, estes estudos ainda estão fortemente relacionados a temas que envolvem os determinantes da divulgação, relação entre *performance* versus *disclosure* ambiental e impactos relacionados ao *disclosure* quanto à reação do mercado (DE MORAES et al., 2017). Assim, observou-se que ainda são poucos os estudos que buscam identificar os motivos da não evidenciação por parte das empresas e uma carência ainda maior de estudos que foquem na análise dos motivos da não evidenciação (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; BRAGA; OLIVEIRA; SALOTTI, 2009; ROVER et al., 2012; DEGENHART et al., 2016).

Frente a esse contexto, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: Quais os motivos da não evidenciação de relatórios socioambientais pelas companhias listadas no segmento Novo Mercado da B3? Nesse sentido, foi definido como objetivo geral analisar os motivos para não evidenciação dos relatórios socioambientais das empresas listadas no segmento Novo Mercado da B3. Para tanto foram definidos os seguintes objetivos específicos: 1) identificar as companhias listadas no segmento Novo Mercado da B3 que não publicam o

relatório de sustentabilidade; e 2) identificar os motivos da não divulgação dos relatórios de sustentabilidade.

A relevância desta pesquisa se dá pelo fato de que a comunicação de caráter socioambiental tem causado interesse não só dos *stakeholders*, que cada vez mais exigem informações dessa natureza para tomada de decisões, mas de pesquisadores, em particular na linha de evidenciação de informações (MONTEIRO; FERREIRA, 2007).

A disponibilidade desses relatórios de forma mais conscientes e consistentes tem sido uma exigência cada vez maior. Já que, é por meio dessas informações que as empresas mostram para os seus parceiros e para a sociedade em geral o que está sendo feito para a manutenção e melhoria do bem estar das atividades socioambientais da empresa (LINS; SILVA, 2010). No geral, a não evidenciação dos relatórios socioambientais tornou-se um aspecto desvantajoso à imagem da empresa em associação à competitividade, uma vez que a empresa preocupada em valorizar sua associação com o meio ambiente conquista uma opinião diferenciada em relação à sociedade (TSOUFAS; PAPIS, 2008).

Portanto, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de mostrar meios para que mais empresas possam aderir à evidenciação de práticas socioambientais em seus relatórios. Os resultados desse estudo poderão ser de grande serventia tanto para acadêmicos quanto para consultores e demais interessados em discutir formas de superar as barreiras da não evidenciação das práticas socioambientais em formato de relatórios de sustentabilidade.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Responsabilidade social corporativa e governança corporativa**

De acordo com os conceitos acima mencionados, existe uma sinergia entre responsabilidade social corporativa e governança corporativa. Para Elkinton (2006), a idéia do 3BL (três pilares da sustentabilidade) funde os dois conceitos, sendo que esta sinergia é abordada de forma mais clara quando a governança corporativa é considerada de modo mais abrangente, ou seja, não apenas a transparência, honestidade e a prestação de contas aos acionistas, mas também de responsabilidade para com todos os *stakeholders* (DUNLOP, 1998; JAMALI; SAFIEDDINE; RABBATH, 2008). Por outro lado, vários estudiosos da RSC enfatizam a necessidade de manter internamente os mais altos padrões de governança, particularmente nas discussões sobre a dimensão interna da RSC (PERRINI; POGUTZ; TENCATI, 2006).

Tanto a governança corporativa quanto a RSC exigem que as empresas assumam suas responsabilidades éticas e morais em relação aos *stakeholders*. Esse ato de responsabilização é crucial para que uma empresa obtenha e retenha a confiança de seus investidores financeiros e outras partes interessadas (PAGE, 2005). Ambos os conceitos extraem o vigor das mesmas fontes que são: transparência, responsabilidade e honestidade (VAN DEN BERGHE; LOUCHE, 2005). As boas iniciativas da governança corporativa e RSC estão avançando gradualmente de uma variante filantrópica do capitalismo corporativo para estratégias autênticas destinadas a recuperar a confiança dos clientes e da sociedade em geral (MARSIGLIA; FALAUTANO, 2005). Enquanto a governança corporativa implica "ser responsabilizado", a RSC significa "levar em conta" e ambos os mecanismos são cada vez mais utilizados pelas empresas para regular suas operações (MARSIGLIA; FALAUTANO, 2005).

No âmbito da teoria da legitimidade, a governança corporativa e a RSC são conceitos intrinsecamente relacionadas que definem a interação entre uma organização e seu ambiente sociopolítico interno e externo, sendo cada vez mais consideradas como pré-requisitos fundamentais complementares para o crescimento sustentável dentro de um ambiente corporativo cada vez mais globalizado (VAN DEN BERGHE; LOUCHE, 2005). A RSC pode ser vista como uma extensão da governança corporativa eficaz por parte da empresa,

assegurando a sustentabilidade do negócio através do uso de práticas que levem a responsabilização e transparência visíveis a toda a sociedade (JO; HARJOTO, 2012).

Saconni (2012) define responsabilidade social como um modelo de governança corporativa. Beltratti (2005) consideram a RSC e governança corporativa como conceitos complementares, podendo se reforçar mutuamente. O autor comenta que existe uma relação positiva entre ambas e a possibilidade da governança distinguir as organizações não apenas pelos resultados contábeis, mas também pela sustentabilidade.

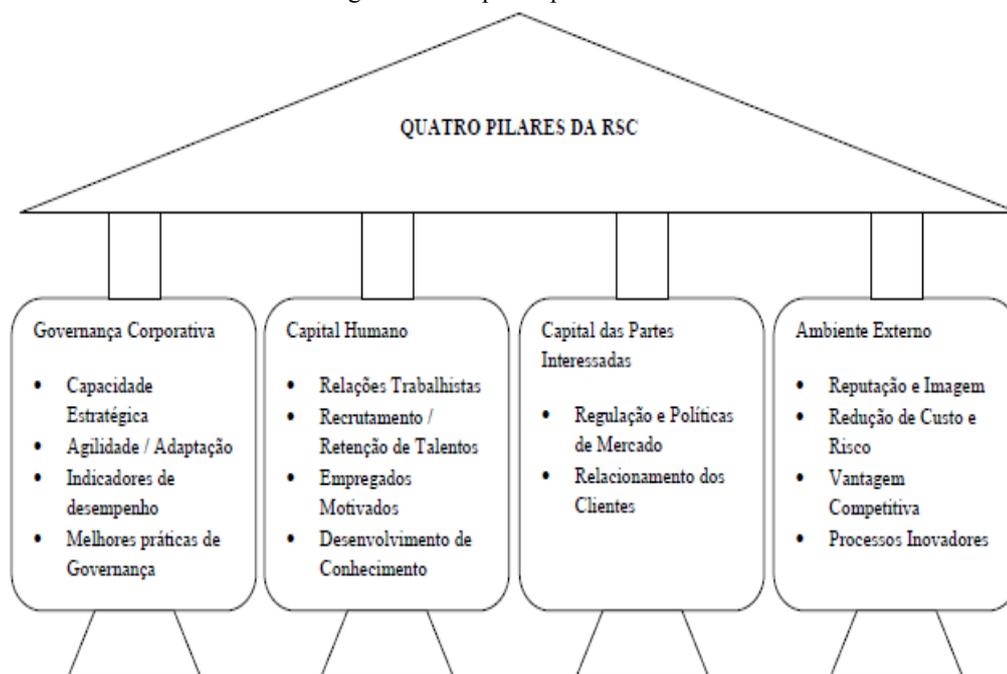
Por sua vez Khan, Muttakin e Siddiqui (2013), confirmam que a pesquisa sobre a relação destes temas é escassa e têm sido predominantemente efetuada sobre as relações entre a responsabilidade social e o desempenho financeiro com algumas associações positivas e em relação com a governança corporativa como a independência dos conselhos de administração, a liderança organizacional e as participações institucionais.

Destas investigações Jo e Harjoto (2012), destacam o trabalho levado a cabo por Jamali et al. (2008), frisando a revisão efetuada de três modelos que postulam uma relação entre a governança corporativa e a responsabilidade social. Estes modelos apresentam três propostas a ser desenvolvidas: (i) a governança corporativa como um pilar da responsabilidade social (HANCOCK, 2005); (ii) a responsabilidade social como uma dimensão da governança corporativa (HO, 2005); e (iii) a governança corporativa e a responsabilidade social como parte do *continuum* (BHIMANI; SOONAWALLA, 2005).

### **2.1.1 A Governança corporativa como um pilar da responsabilidade social corporativa**

O modelo da governança corporativa como um pilar da responsabilidade social corporativa pressupõe a existência de um modelo efetivo com uma base sólida para nesse suporte se desenvolverem as iniciativas de responsabilidade social. Esse modelo é exposto de acordo com a Figura 1.

Figura 1 - Os quatro pilares da RSC



Fonte: Adaptado de Jamali et al. (2008, p. 447).

O modelo de Jamali et al. (2005) considera que são necessários quatro pilares estratégicos para a construção de um sistema de responsabilidade social que, considerados em conjunto, ajudam a mensurar o valor real de uma empresa e a sua capacidade de criação de

valor futuro. Estes pilares são: (i) a governança corporativa; (ii) o capital humano; (iii) o “capital” dos *stakeholders*; e (iv) o ambiente externo.

A governança corporativa é considerada como um dos blocos básicos para a construção e existência da responsabilidade social, visto que fornece à empresa a devida orientação e autorregulação, como potencia uma maior abertura da cultura organizativa para a inovação, agilidade e flexibilidade para responder às novas condições do mercado (JAMALI et al., 2008).

### **2.1.2 A RSC como uma dimensão da governança corporativa**

Já o modelo de Ho (2005) considera a responsabilidade social como uma dimensão da governança corporativa. A governança corporativa é composta por dimensões como: (i) a administração; (ii) a liderança estratégica; (iii) a estrutura do conselho de administração; (iv) a estrutura de capitais e relações com o mercado; e (v) as responsabilidades sociais.

Ho (2005) propõe, avaliar a governança corporativa de forma mais holística, considerando uma série de atributos relevantes, incluindo a RSC. A boa governança também implica assegurar que as empresas são geridas de forma socialmente responsável e que deve haver uma base claramente ética para as empresas que cumprem as normas da sociedade em que está operando. Em outras palavras, de acordo com esse modelo, ser responsável externamente com a sociedade em geral e internamente com os funcionários deve ser incorporado em formulações e estruturas de governança corporativa.

O estudo de Ho (2005) fornece evidências de que os maiores compromissos com a RSC estão forte e positivamente relacionados com as qualificações e os termos dos diretores, conselhos que exercem fortes funções de administração e liderança estratégica e a gestão das pressões do mercado de capitais as características de uma boa governança corporativa.

### **2.2 Motivos de não evidenciação de relatórios socioambientais**

Para Perron (2005) as barreiras são elementos que impedem a adoção de iniciativas socioambientais nas organizações e são classificadas em quatro categorias: (i) barreiras técnicas: são barreiras que dificultam ou impossibilitam a ascensão e a acessibilidade do conhecimento, por exemplo, a ausência de novas tecnologias, experiências ou materiais; (ii) barreiras de recurso: ausência de algum tipo de recurso para a implantação da gestão socioambiental, por exemplo, recursos humanos e recursos financeiros escassos; (iii) barreiras de informação: dificuldade de comunicação e impede a acessibilidade da informação, por exemplo, falta de conhecimento da legislação ambiental e o impacto ambiental das operações da empresa e (iv) barreiras perceptivas ou atitudinais: falta de percepção, de atitudes e comportamentais da alta gerência para com as questões ambientais, por exemplo, resistência da gerência a mudanças.

As empresas se deparam com fatores externos e internos à organização que assumem o aspecto barreiras para a adoção da evidenciação. Ao selecionar alguns artigos sobre o tema na base de dados Google Acadêmico, *Spell* e *Science Direct* por meio de uma revisão da literatura foi possível agrupá-los.

No Quadro 1 é apresentada um síntese das barreiras externas para a evidenciação de relatórios socioambientais.

A falta de informação e consciência dos consumidores sobre o desempenho e a vantagem dos produtos faz que eles escolham produtos de péssimo desempenho, mas com custos mais baixos (LUTHRA et al., 2011). E se a organização entender que para sobreviver tem que abaixar a qualidade dos seus produtos e ceder a essas pressões dos clientes, podem levar as empresas a despejar ilegalmente seus resíduos ou procurar opções de tratamento com um custo mais baixo (SIMPSON, 2012).

A legislação e a regulamentação governamental atuam como motivos a não evidenciação quando há ausência de informação e as diretrizes das autoridades não são claras (BJORKLUND, 2011), considerações ambientais na cadeia de suprimentos (TSOUFAS;

PAPIS, 2008) e o bloqueio do uso de várias substâncias empregadas na concepção dos produtos (PAJUNEN et al., 2012). A ausência também de uma regulamentação adequada pode se tornar um fator inibidor à adoção dos relatórios de sustentabilidade, principalmente quando se tratam de empresas reativas (LUTHRA et al., 2011; GIUNIPERO; HOOKER; DENSLOW, 2012). A falta de conscientização, a falta das pressões da legislação e regulamentação fazem com quem as empresas adotem essas evidenciações de forma voluntária (ZHU et al., 2011). O governo não adotando ações que possam proporcionar condições adequadas para que as empresas possam implantar os relatórios de sustentabilidade através de apoio financeiro e técnico, além de alavancar investimentos na melhoria do ambiente industrial e aumentar o alcance do conhecimento sobre Gestão Ambiental forma uma barreira (WU; DING; CHEN, 2012; LEE, 2008).

Quadro 1 – Motivos externos para não evidenciação de relatórios socioambientais

<b>Fatores externos</b>	<b>Definição</b>	<b>Autores</b>
Consumidores	Desejam serviços e produtos que agradam cada vez mais os seus anseios e necessidades, portanto provocando pressões nas organizações exercendo influência sobre o mercado onde a organização atua.	Luthra et al. (2011); Simpson (2012).
Legislação e regulamentação governamental	Relaciona-se aos órgãos regulamentadores, que produzem normas de comportamento e leis para a organização, obrigando a empresa à adoção de práticas por parte das mesmas.	Bjorklund (2011); Pajunen et al. (2012); Tsoulfas e Pappis (2008); Luthra et al. (2011); Walker, Sisto e Mabain (2008); Giunipero, Hooker e Deslow (2012).
Fornecedores	Fabricantes de peças, componentes e transformadores de matéria-prima.	Luthra et al. (2011); Bjorklund (2011); Mathiyazhagan et al. (2013).
Concorrência	Incita as organizações a manterem-se competitivas no mercado e intensamente produtivas.	Luthra et al. (2011); Bjorklund (2011).
Tecnologia	É uma forma de conhecimento que a organização adquire com o objetivo de obter maiores habilidades para inserir essa inovação.	Luthra et al. (2011); Yongan e Menghan (2011).
Sociedade e imagem Corporativa	Os grupos de interesse são influenciados e sensíveis por qualquer mudança de atitude ou comportamento das organizações, a imagem da organização influencia nas escolhas dos clientes finais.	Walker, Sisto e Mabain (2008).

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Apesar de não serem os responsáveis diretos, a falta de competência, inclusive a falta de conhecimento, em relação aos serviços prestados, seja de fornecimento ou entrega de materiais geram uma barreira à implantação da Gestão Ambiental e Social (BJORKLUND, 2011) principalmente quando os fornecedores são resistentes a mudanças (LUTHRA et al., 2011; MATHIYAZHAGAN et al., 2013.).

Quando as empresas optam pelas práticas de iniciativas ambientais elas desejam conquistar vantagem competitiva (GIUNIPERO; HOOKER; DENSLOW, 2012) e a conexão estabelecida entre os concorrentes é de vital importância para as questões ambientais (BJORKLUND, 2011). Uma vez que as prioridades para os investimentos são mais complexas (LUTHRA et al., 2011) e são um fator de limitação ao escopo ambiental (BJORKLUND, 2011).

A tecnologia sendo uma forma de conhecimento, a empresa que adquire-la terá maiores habilidades para inserir essa inovação. Porém, está se torna uma barreira quando ocorre resistência em incorpora - lá, pois isso afeta a cultura organizacional, estratégias de operações, logística, objetivas e a forma de gerenciamento (LUTHRA et al., 2011). Também é uma barreira a falta de conhecimento e de proteção para a inovação tecnológica (YONGAN; MENGHAN, 2011).

A marca e a reputação da empresa são assuntos muito comentados atualmente, pois os clientes são suscetivos a atitudes e aos comportamentos das organizações que alcançam uma imagem positiva no mercado, pois os clientes lembram-se mais dela e em decorrência compram os seus produtos (TATE; DOOLEY; ELLRAM, 2011).

No Quadro 2 apresenta-se um síntese das barreiras internas para a evidenciação de relatórios socioambientais.

Quadro 2 - Motivos internas para não evidenciação de relatórios socioambientais

<b>Fatores internos</b>	<b>Definição</b>	<b>Autores</b>
Fatores organizacionais e valores	É o apoio e o comprometimento dos funcionários e dos membros da alta cúpula administrativa. Engloba questões culturais, gestão de conhecimento e atendimento de parâmetros objetivos.	Luthra et al. (2011); Walker, Sisto e Mabain (2008); Ageron, Gunasekaran e Spalanzani (2012).
Custos	Termo financeiro que proporciona ou inibe a execução de melhorias e mudanças nos produtos e processos organizacionais.	Pajunen et al. (2012); Walker, Sisto e Mabain (2008); Luthra et al. (2011); Muludi et al. (2012) Zhang, Bi, Liu (2009); Giunipero, Hooker e Deslow (2012).
Recursos humanos	Relacionam-se ao capital humano da empresa.	Luthra et al. (2011); Wolfslehner e Vacik (2008).
Disponibilidade de recursos	Relacionam-se à disponibilidade de capacidade de processos organizacionais, ativos, informações e conhecimentos, tributos, tempo e recursos financeiros.	Adriana (2009); Zhu e Geng (2013); Luthra et al. (2011).
Processos de melhoria continua	Relacionam-se a busca pela melhoria constante da qualidade dos produtos, processos e serviços. A certificação ISO 14001 ajusta as organizações aos padrões ambientais auditados.	De Oliveira (2010).

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Luthra et al. (2011) e Walker, Sisto e McBain (2008) concordam que os fatores organizacionais funcionam como barreiras. A inexistência do apoio e do comprometimento dos membros da alta cúpula administrativa por meio da solidarização das informações (YOUN et al., 2013), a falta de incentivo que os funcionários adotem e desenvolvam as práticas de gestão ambiental (CANIATO et al., 2012; CHIOU et al., 2011) e social (CRESPIN-MAZET; DONTENWILL, 2012; GIUNIPERO; HOOKER; DENSLOW, 2012) com auxílio de valores organizacionais e políticos, funcionam como barreiras para a não evidenciação. Fatores organizacionais são evidenciados como barreiras quando há teimosia a modificações pelos funcionários, alta gerência, tipos de negócio, questões financeiras, sistemas de capacidade, localização, formato da rede de fornecimento, cultura organizacional, desempenho de objetivos, custos, gestão do conhecimento (AGERON; GUNASEKARAN; SPALANZANI, 2012), falta de alinhamento com os objetivos de longo e curto prazo e pela falta de unanimidade no nível estratégico (GIUNIPERO; HOOKER; DENSLOW, 2012).

Os custos são um dos fatores mais importantes e atuam como barreiras (PAJUNEN et al., 2012) principalmente quando impossibilita o processo de implantação das práticas de gestão ambiental em decorrência dos altos investimentos iniciais (WALKER; SISTO; MACBAIN, 2008). Os custos são um dos primeiros parâmetros de desempenho, classificados como custo de transação e diretos. Quando existe custo com a contratação de profissionais altamente qualificados, adoção de tecnologias inovadoras e com treinamento de pessoal, eles são considerados como barreiras (LUTHRA et al., 2011). Os custos são considerados barreiras (ZHANG; BI; LIU, 2009; MUDULI et al., 2012) quando a organização assume o projeto de implementar práticas “verdes”, já que o valor disponibilizado para esse fim é alto, os produtos verdes tem a tendência a serem mais caros e também são elevados o custo da sua produção, pois precisam de um custo específico para as mudanças e investimentos em máquinas com maior desempenho energético (GIUNIPERO; HOOKER; DENSLOW, 2012).

Os funcionários atuam como barreiras quando a organização tem o desejo de introduzir inovações e em virtude das modificações que acontecem internamente são produzidas resistências (LUTHRA et al., 2011), quando ao impactar o ambiente modificam o seu estado natural (WOLFSLEHNER; VACIK, 2008).

A falta ou a escassez de recursos é uma barreira para à adoção de práticas sustentáveis (ADRIANA, 2009; ZHU; GENG, 2013). É imprescindível tanto investimento em recursos humanos como financeiro, porém nem todas as organizações tem capital livre ou não desejam investir nessas práticas sustentáveis (LUTHRA et al., 2011).

A busca pela melhoria contínua na qualidade dos produtos e serviços é obtida através da certificação ISO 14001 (ARIMURA; DARNALL; KATAYAMA, 2011; ZHU; GENG, 2013). A certificação ajuda nos processos e os planejamentos da organização auxiliam na redução do consumo de energia, na reciclagem e reutilização de materiais e na melhoria dos padrões de sustentabilidade (GIUNIPERO; HOOKER; DENSLOW, 2012). Porém, é uma grande barreira à implantação quando a empresa passa por problemas de recursos, quando necessitam contratar profissionais e serviços especializados, a inexistência de poucas empresas confiáveis à destinação dos resíduos e o custo elevado no seu descarte (DE OLIVEIRA, 2010).

A seguir apresenta-se a metodologia que guiou os passos dos pesquisadores no decorrer da elaboração da pesquisa.

### 3 METODOLOGIA

Neste estudo adotou-se a abordagem qualitativa (STRAUSS; CORBIN, 2008). Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa descritiva utilizando fontes secundárias (COLLIS; HUSSEY, 2005). Quanto aos meios trata-se de uma pesquisa documental (PATTON, 2002).

Foi estabelecido como população-alvo as empresas listadas no segmento Novo Mercado de governança corporativa da B3, um total de 126 companhias de vários setores econômicos, conforme exposto a seguir e sintetizada na Tabela 1.

Tabela 1 - Companhias listadas no segmento Novo Mercado

Setor econômico	Total	Setor econômico	Total
Utilidade Pública	09	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	07
Consumo Não Cíclico	13	Tecnologia da Informação	04
Materiais Básicos	10	Financeiro e Outros	17
Saúde	07	Consumo Cíclico	40
Bens Industriais	20	<b>Total</b>	<b>126</b>

Fonte: elaborado com base na B3 (2016).

No processo de coleta de dados utilizou-se de documentos. Assim, no que se refere à investigação documental, foram pesquisados: a) Formulários de referência; b) Relatórios de sustentabilidade ou integrado; c) Relatórios “relate ou explique” para relatórios de sustentabilidade ou integrado do ano de 2015. Os documentos relativos aos formulários de referência e os relatórios de sustentabilidade possuem um caráter oficial, garantindo a fidedignidade das informações neles contidas. Já em relação aos relatórios “relate ou explique” que foram estudados, não se apresentam como oficiais, mas também não se podem descartar as informações contidas neles, tendo em vista que se trata de documentos fundamentados nos oficiais, ratificando, assim, as informações presentes nos documentos oficiais.

Em relação aos procedimentos de coleta dos dados, procedeu-se primeiramente uma busca no *site* da B3, tendo em vista que se encontra as informações relativas ao formulário de referência, pois se trata de documentos oficiais e estão disponíveis para consulta pública e *downloads*. Entretanto quando não foi possível a consulta direta destes, foram realizadas pesquisas na *home page* das empresas onde evidencia-se ou não relatórios socioambientais. O período de coleta de dados compreendeu os meses de setembro de 2016 a fevereiro de 2017.

Para analisar os dados utilizou-se de análise de conteúdo (BARDIN, 2011). A técnica de análise de conteúdo possibilitou a identificação e análise das informações investigadas nos relatórios das companhias. Seguiu-se três etapas para a condução da análise de conteúdo: 1) pré-análise - foram acessados os *websites* das companhias, e examinados com o propósito de identificação do *link* relacionado com as questões socioambientais das suas atividades. A seguir, os relatórios anuais e os relatórios específicos disponíveis de cada companhia foram baixados e organizados para codificação e posterior análise; 2) Exploração do material - consistiu na análise sistemática dos relatórios com o propósito de identificar ou não as categorias pré-estabelecidas, controle da frequência da aparição dos elementos investigados nas mensagens, medido em percentual, para posteriores interpretações dos achados; e 3) Tratamento dos resultados - procedeu-se à interpretação dos dados.

#### 4 RESULTADOS E ANÁLISES

##### 4.1 Setores econômicos que divulgam ou não relatórios de sustentabilidade

Na Tabela 2, apresenta-se o total das empresas por setor econômico que divulgam informações e das que não divulgam informações socioambientais em relatórios de sustentabilidade. Observa-se que o setor econômico que mais evidenciou o relatório de sustentabilidade foi o de utilidade pública, em que oito das nove empresas listadas divulgaram o relatório de sustentabilidade; e o setor que menos evidenciou o relatório foi o de consumo cíclico, em que apenas 13 das 40 empresas divulgaram o relatório de sustentabilidade.

Ainda observando a Tabela 2 e atentando para o total de empresas que não divulgou o relatório de sustentabilidade, vê-se que o setor que apresentou o maior número de empresas que não publicaram o relatório de sustentabilidade foi o de Consumo Cíclico e todas as empresas advêm do segmento da Agropecuária. As empresas do setor de Bens Industriais que não divulgaram as informações são do segmento Construção e Engenharia (01), Máquinas e Serviços (01), Transportes (02) e Serviços Diversos (03). Já o Setor Financeiro e Outros, que se apresentou como o segundo setor com o maior número de empresas que não publicou o relatório advêm do segmento Serviços Financeiros Diversos (2) e Previdência e Seguros (9).

Tabela 2 - Divulgação de Relatórios Socioambientais

SETOR ECONÔMICO	FREQUÊNCIA	DIVULGOU	NÃO DIVULGOU
Consumo Cíclico	40	13	27
Bens Industriais	20	13	7
Financeiro e Outros	17	6	11
Consumo Não Cíclico	13	11	2
Utilidade Pública	9	8	1
Materiais Básicos	9	8	1
Petróleo, Gás e Biocombustíveis.	7	4	3
Saúde	7	5	2
Tecnologia da Informação	4	2	2
<b>TOTAL</b>	<b>126</b>	<b>70</b>	<b>56</b>

Vale ressaltar que das 56 que não divulgaram o relatório de sustentabilidade, 14 empresas simplesmente não apresentaram o motivo da não divulgação (Quadro 3).

Quadro 3 - Não indicaram o motivo para não publicar relatório de sustentabilidade

Razão social	Setor econômico	Razão social	Setor econômico
ANIMA	Consumo cíclico	LINX	Tecnologia da informação
BR BROKERS	Financeiros e outros	OSX BRASIL	Petróleo, Gás e Biocombustíveis
BR INSURANCE	Financeiros e outros	PETRORIO	Petróleo, Gás e Biocombustíveis
CETIP	Financeiros e outros	RODOBENSIMOB	Consumo cíclico
ENEVA	Utilidade pública	SMILES	Consumo cíclico
IDEIASNET	Tecnologia da informação	SPRINGS	Consumo cíclico
KROTON	Consumo cíclico	VIVER	Consumo cíclico

De acordo com o anexo I da Lei nº 13.361 (BRASIL, 2007), as empresas OSX e PRETORIO são empresas que possuem atividades potencialmente poluidoras e utilizadores

de recursos ambientais classificadas como de grau Alto. O restante das empresas está classificado como de Grau Pequeno.

Vale ainda ressaltar a falta de posicionamento socioambiental das empresas, pois na maioria dos casos evidenciados elas "possuem" as políticas socioambientais como: (i) programas sócias, (ii) investem em educação e formação dos colaboradores, (iii) possuem programas de eficiência energética, (iv) otimização de recursos hídricos e gestão dos resíduos sólidos. Nesse cenário vale destacar as colocações de Giunipero, Hooker e Deslow (2012) que explanam que tem que ocorrer uma iniciativa governamental para regularizar e cobrar das empresas, principalmente do novo mercado e de empresas com um nível alto de atividade potencialmente poluidora.

Na próxima subseção apresenta-se a identificação e análise dos motivos relatados pelas 42 empresas para a não divulgação do relatório de sustentabilidade.

#### 4.2 Motivos da não divulgação dos relatórios de sustentabilidade

Do exposto no Quadro 3, observa-se que de um total de 42 empresas listadas no segmento Novo Mercado da B3 que apresentaram um motivo para a não divulgação relatório de sustentabilidade, 23 alegaram o motivo de não possuírem políticas socioambientais. De acordo com o anexo I da Lei nº 13.361 (BRASIL, 2007), as empresas listadas no Quadro 3, como AREZZO, CR2, GRENDENE, EZTEC e LUPATECH são empresas que possuem atividades potencialmente poluidores e utilizadores de recursos ambientais classificadas como de grau Médio. O restante das empresas está classificado como de Grau Pequeno.

Vale ainda ressaltar a falta de posicionamento socioambiental das empresas, pois na maioria dos casos evidenciados elas "possuem" as políticas, porém não disponibilizam para o mercado. Nesse cenário vale destacar as colocações de Giunipero, Hooker e Deslow (2012) que explanam que tem que ocorrer uma iniciativa governamental para regularizar e cobrar das empresas, principalmente do novo mercado que evidencie essas informações.

Quadro 4 – Motivo: não possuírem políticas socioambientais

Razão social	Sector	Trecho
AIG GROUP	Financeiro e outros	[...] Não possui ou divulga Relatório de Sustentabilidade e nem possui política própria para divulgação das ações socioambientais. Seu posicionamento quanto ao tema ocorre por meio dos relatórios produzidos tanto pelo seu controlador (Banco do Brasil) quanto por suas empresas participadas conforme descrito no item 7.5(b).
AREZZO CO	Consumo cíclico	A companhia não divulga informações sociais e ambientais e não possui política formal sobre o assunto. A Companhia observa, no entanto, políticas públicas e legislação vigente.
BR MALLS PAR	Financeiro e outros	A companhia observa a legislação socioambiental em sua atuação na operação e desenvolvimento de <i>shoppings centers</i> , bem como no momento da contratação de fornecedores, buscando não se associar a empresas que adotam práticas socioambientais negativas, notoriamente prejudiciais ao meio ambiente e ilegal. Atualmente, a companhia está em processo de desenvolvimento de uma Política Socioambiental.
BR PHARMA	Saúde	Por ser uma companhia ainda em processo de integração operacional e de tecnologia da informação, ainda não possuímos um conjunto completo de ações relacionadas ao impacto das nossas operações no meio ambiente que a permitam divulgarem um relatório de sustentabilidade ou documento similar contendo informações sociais e ambientais.
BR PROPERT	Financeiro e outros	Na data deste Formulário, a Companhia não possui uma Política Socioambiental.
CR2	Consumo cíclico	A Companhia não possui políticas socioambientais, bem como não há em sua rotina a publicação de relatório de sustentabilidade ou documento similar.
EZTEC	Consumo cíclico	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.
GENERALSHOPP	Financeiro	A Companhia não divulga o Relatório de Sustentabilidade ou Integrado.

	e outros	Entretanto, adota determinadas práticas no sentido de sustentabilidade, conforme relatado em outros itens do formulário. Está buscando desenvolver políticas socioambientais.
GRENDENE	Financeiro e outros	A Grendene não tem uma política socioambiental, mas divulga as informações sociais e ambientais que julga relevantes em seu <i>site</i> de Relações com Investidores, nas Demonstrações Financeiras e no Relatório da Administração.
JHSF PART	Consumo cíclico	Embora não possua políticas socioambientais formalizadas, a Companhia adota as melhores práticas de sustentabilidade nos projetos que desenvolve.
LOCAMERICA	Consumo cíclico	A Companhia não aderiu a padrões internacionais de proteção ambiental e não publica relatório de sustentabilidade ou documento similar.
LOG-IN	Bens industriais	A Login não possui política socioambiental, entretanto possui política ambiental para suas principais atividades: navegação e Terminal de Vila Velha (TVV).
LUPATECH	Petróleo, gás e biocombustíveis	[...]. Não há, até a data de apresentação deste formulário, fatos ou atividades que justifiquem a elaboração do relatório anual de sustentabilidade.
PARCORRETORA	Financeiro e outros	Em 31 de dezembro de 2015 não possuíamos relatório de sustentabilidade nem divulgávamos informações ambientais, em razão da natureza de nossos negócios (prestação de serviços).
POMIFRUTAS	Consumo não cíclico	Não publicamos relatório de sustentabilidade ou similar, por não possuímos iniciativas diretamente relacionadas ao tema.
QUALICORP	Saúde	Não publicamos relatório de sustentabilidade ou similar, por não possuímos iniciativas diretamente relacionadas ao tema.
ROSSI RESID	Consumo cíclico	Item não é aplicável pois a Companhia não divulga informações socioambientais ao mercado.
SAO CARLOS	Financeiro e outros	[...]. A Companhia atualmente não publica um relatório de sustentabilidade ou similar, mas publica um relatório anual que contém capítulo específico sobre este tema, notadamente no que se refere ao aspecto ambiental. [...] Atualmente, a companhia está em processo de desenvolvimento de uma Política Socioambiental.
SER EDUCA	Consumo cíclico	[...] apesar de adotar práticas internas de sustentabilidade e de relacionamento [...], ainda não possui um relatório completo de sustentabilidade.
TARPON INV	Financeiro e outros	[...] não publica o Relatório de Sustentabilidade em razão de entender que as práticas adotadas pela Companhia nesse sentido não podem ser caracterizadas como relações de longo prazo relevantes.
TECHNOS	Consumo cíclico	A Technos não publica relatório de sustentabilidade ou similar, visto que as atividades desenvolvidas atualmente não possuem impactos ambientais significativos [...].
TIME FOR FUN	Consumo cíclico	[...]. A T4F não possui atualmente um conjunto completo de ações relacionadas ao impacto de suas operações no meio ambiente que justifique divulgar relatório de sustentabilidade ou documento similar.
TRISUL	Consumo cíclico	Não, a Trisul não publica relatório de sustentabilidade ou similar [...].

Do exposto no Quadro 4, observa-se que sete empresas alegaram o motivo de que precisam melhorar seus processos internos para não divulgarem relatório de sustentabilidade.

O anexo I da Lei nº 13.361 (BRASIL, 2007), classifica empresas como CONTAX, CSU CARDSYST e SOMOS EDUCA possuidoras de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais classificadas como de grau pequeno.

Dentre os tipos de melhorias internas foram citados: adequação da estrutura organizacional, desenvolvimento de conscientização sustentável, intensificação de treinamentos, instituição de auditorias, modernização de equipamentos e etc.

Cabe salientar que as empresas apontam possuírem políticas de sustentabilidade, porém não evidenciam, com exceção da SOMOS EDUCA que não evidenciou em seu *site* nenhuma política socioambiental.

Quadro 5 – Motivo: precisam melhorar os seus processos internos

Razão social	Setor econômico	Trecho
CONTAX	Bens Industriais	A Companhia tem avaliado suas iniciativas nas áreas social, ambiental e de governança corporativa com vistas a construir no médio prazo um histórico consistente de indicadores que permitam o reporte sistematizado dessas informações bem como o aprimoramento contínuo dessas iniciativas.
CSU CARDSYST	Bens Industriais	A Companhia [...] está em fase de implementação de diagnóstico e avaliações periódicas para medir o sucesso de seus esforços sustentáveis que visam reduzir custos econômicos, impactos ambientais e melhorar sua eficiência produtiva. [...]
CYRELA REALT	Consumo não cíclico	A Companhia não publica Relatório de Sustentabilidade, pois ainda não possui processos e práticas consolidadas nacionalmente, seja através das suas unidades de negócio ou de suas <i>Joint Ventures</i> [...].
DIRECIONAL	Consumo não cíclico	[...] Gostaríamos de frisar que apesar de adotarmos práticas de sustentabilidade social e ambiental em nossos canteiros de obras, escritórios e nas regiões onde atuamos ainda não publicamos Relatório de Sustentabilidade. Entretanto estamos nos estruturando para atender tal prática de governança, pois a Sustentabilidade é um dos pilares de nosso negócio.
LOJAS MARISA	Consumo cíclico	A Marisa Lojas S.A. (“Marisa”), possui diversas iniciativas internas e externas de responsabilidade social e ambiental. Contudo, a Companhia não consolida suas ações em relatório específico para divulgação, qual seja, o Relatório de Sustentabilidade. A Marisa compreende a relevância deste tema e estuda o desenvolvimento de equipe dedicada ao assunto para os próximos períodos e, com isso, passará a elaborar o citado relatório.
MILLS	Bens Industriais	A Companhia está em fase de estruturação dos processos, visando atuar de forma sustentável. A Companhia não publica relatório de sustentabilidade ou similar. Por considerar importante a ampliação da transparência sobre o assunto sustentabilidade, a Companhia está analisando a formalização de um processo de análise (diagnóstico) e plano de ação para melhorar suas práticas de sustentabilidade.
SOMOS EDUCA	Consumo Cíclico	[...] Atualmente, a Companhia possui um grupo de estudos interno focado na elaboração de (i) mecanismos de monitoramento de indicadores ambientais e políticas sociais que envolvam todas as suas sedes, filiais e sociedades controladas.

Do exposto no Quadro 5, observa-se que apenas três empresas alegaram o motivo de custos para a não publicação do relatório de sustentabilidade. Atentando para o exposto no anexo I da Lei nº 13.361, ambas as empresas possuem atividades potencialmente poluidoras.

Quadro 6 – Motivo: custos

Razão social	Setor econômico	Trecho
HELBOR	Consumo cíclico	[...] não publica Relatório de Sustentabilidade ou documento similar por entender que o modelo de negócios da Companhia, isto é, a contratação de construtoras para executar as obras, muitas vezes inviabiliza o adequado controle das práticas sustentáveis em suas atividades.
IMC S/A	Consumo cíclico	A Companhia informa que atualmente estuda formas de viabilizar a implantação do Relatório de Sustentabilidade, considerando os recursos orçamentários e estruturais que a elaboração deste Relatório requer, para que sua divulgação seja ampla e coordenada com as melhores práticas de governança, seguindo as tendências mais consolidadas de Relatório constantes no Mercado em geral [...].
PDG REALT	Consumo cíclico	A PDG não publica o Relatório de Sustentabilidade ou documento semelhante por representar um custo relevante para a Companhia.

Walker, Sisto e Macbain (2008) relatam que o custo é uma barreira para a sustentabilidade porque precisa de alto investimento inicial e é necessária a contratação de profissionais qualificados para treinar e implantar a filosofia sustentável (LUTHRA et al., 2011). Percebe-se que as empresas utilizam as palavras “viabilizar”, “inviabilizar” e “custo relevante” para demonstrar essa dificuldade para as empresas implementarem a divulgação do relatório de sustentabilidade.

Do exposto no Quadro 6, observa-se que sete empresas alegaram o motivo “fatores organizacionais e os valores da companhia”. Analisando o estatuto social dessas empresas verificou-se a existência de projetos de cunho social, porém não é evidenciada nenhuma ação ou projeto de cunho ambiental como: (i) uso de *ecodesign*; (ii) eficiência energética; (iii) otimização de recursos hídricos; (iv) tratamento de águas e efluentes; (v) gestão de resíduos sólidos e etc.

Quadro 7 – Motivo: fatores organizacionais e valores da companhia

Razão social	Setor econômico	Trecho
GAFISA	Consumo cíclico	[...]. A administração da companhia está avaliando a implementação de um projeto para futura elaboração e divulgação deste relatório.
LOPES BRASIL	Financeiro e outros	[...]. Em atendimento ao Comunicado Externo 017/2011-DP da BM&FBovespa em 23/12/11, a LPS Brasil informa que não publica Relatório de Sustentabilidade ou documento similar. A Companhia informa também que está avaliando políticas internas e propostas para divulgá-lo futuramente.
METALFRIO	Bens industriais	A Companhia possui política interna ambiental, que norteia toda a linha de atuação e gerenciamento da Companhia, assegurando sua difusão, compreensão e cumprimento em todos os níveis da organização. Entretanto esta política é divulgada somente a nível interno. [...].
TEGMA	Bens industriais	[...] apesar de adotar práticas de sustentabilidade socioambientais, envidar os maiores esforços para a proteção do meio ambiente e dispor de práticas corporativas voltadas à sustentabilidade, ainda não publica suas ações em um relatório específico para divulgação [...].
UNICASA	Consumo cíclico	[...] Estamos analisando todo o contexto que envolve a sustentabilidade e a sua geração de valor. A Direção da Unicasa esta comprometida com o desenvolvimento sustentável e busca desenvolver e estruturar um relatório de sustentabilidade, demonstrando os valores da sustentabilidade corporativa a seus investidores e ao mercado em geral, que será publicado no futuro próximo.
V-AGRO - TERRA SANTA AGRO	Consumo não cíclico	[...] Entendemos que a sustentabilidade deve estar alinhada, antes de qualquer ação externa, aos princípios e diretrizes adotados pela própria Companhia [...].
VALID	Bens industriais	A Companhia informa que não publica Relatório de Sustentabilidade ou similar desde 2012, porém cabe ressaltar que adota as práticas socioambiental descritas.

Young et al. (2013), Caniato et al. (2012) e Giunipero, Hooker e Denslow (2012) explanam como fatores organizacionais e valores da companhia para não evidenciação de informações socioambientais: (i) falta de apoio e comprometimento da alta cúpula administrativa; (ii) implementar políticas e desenvolver uma cultura organizacional voltada a práticas ambientais e incentivar os funcionários a adotar e desenvolver a cultura ambiental.

Quadro 8 – Motivo: legislação e regulamentação governamental

Razão social	Setor econômico	Trecho
LE LIS BLANC	Consumo cíclico	A Companhia não elabora relatório de sustentabilidade, tendo em vista que não há exigência legal nesse sentido.
CCX CARVAO	Materiais básicos	[...] não divulga informações sociais e ambientais, mas como suas operações e ativos estão situados na Colômbia, a Cia segue rigorosamente as legislações socioambientais aplicáveis e até então não houve qualquer reclamação formal por parte das autoridades locais.

A legislação e regulamentação governamental, exposto no Quadro 7, foi apontado por duas empresas para a não evidencição do relatório de sustentabilidade. De acordo com o anexo I da Lei nº 13.361 (BRASIL, 2007), as empresas LE LIS BLANC é uma empresa que possui atividade potencialmente poluidora e utilizadores de recursos ambientais classificadas como de grau Pequeno, mas a CCX CARVÃO é uma empresa de grau Alto.

Wu, Ding e Chen (2012) discorrem sobre a necessidade de o governo adotar ações que possam providenciar as condições adequadas para que as empresas possam evidenciar esses relatórios. Essa cobrança tem que ocorrer, pois empresas como a CCX publicam relatórios socioambientais na Colômbia, porém as suas operações no Brasil não são evidenciadas.

## **5 CONCLUSÃO**

Os achados desta pesquisa levam a considerar que as empresas do Novo Mercado da B3, que é um mercado destinado a negociações de ações de empresas com um padrão altamente diferenciado de Governança Corporativa, além da adoção de uma política de *disclosure* mais abrangente e transparente, não estão preocupadas em buscar a tão almejada “diferenciação” mercadológica. Pois, de acordo com Jamali et al (2008) a Responsabilidade Social Corporativa é um dos pilares da Governança Corporativa e essa integração não é evidenciada no trabalho e nas companhias listadas no Novo Mercado, pois do universo de 126 empresas 56 não evidenciaram em seus relatórios essa preocupação.

Verrecchia (2001) discorre que a divulgação de informações pode ser considerada um processo endógeno, sendo possível examinar os incentivos que os gestores e/ou as empresas têm para divulgar informações, pois geralmente possuem informações sobre a empresa cuja divulgação não é obrigatória. Logo, verifica-se em quais circunstâncias se devem divulgar a informação favorável e não evidenciar as informações desfavoráveis. E os motivos para não divulgação encontrados no trabalho estão distribuídos da seguinte forma: (i) Não possuem políticas socioambientais (23 empresas); (ii) Precisam melhorar os seus processos internos (14 empresas); (iii) Fatores organizacionais e valores (07 empresas); (iv) Custos (03 empresas); e (v) Legislação e Regulamentação Ambiental (02 empresas).

Tendo como base o anexo I da Lei nº 13.361 (BRASIL, 2007), verificou-se que as empresas que são objeto de estudo foram classificadas como detentoras de atividades potencialmente poluidoras e estão distribuídas da seguinte maneira: (i) Grau Alto (03 empresas); (ii) Grau Médio (17 empresas); e (iii) Grau Pequeno (36 empresas). Também chamou atenção nos achados que somente uma empresa não evidenciou em seu *site* políticas socioambientais. As demais empresas evidenciaram algum tipo de política.

Portanto, o nível de divulgação de informações socioambientais por parte das empresas do Novo Mercado da B3 precisa ser melhorado, para que governança e responsabilidade social não sejam apenas discursos teóricos. Essa melhoria é importante para que o público interessado possa compreender o que realmente está sendo feito pelas empresas em *prol* do desenvolvimento sustentável. Além disso, melhorar a prática de divulgação é uma maneira de demonstrar que o discurso que todas possuem a favor da sustentabilidade está de fato alinhado com a realidade praticada. Tais ações favorecem tanto o melhor desempenho e maior lucratividade, quanto um clima de maior confiança no meio em que a empresa está inserida.

É referenciada como limitações do presente estudo a falta de múltiplas fontes de dados (como entrevistas, por exemplo) e os relatórios de sustentabilidade são divulgados voluntariamente pelas organizações e, por isso, há muitas críticas quanto ao problema da falta de transparência desses relatórios. Ambas as questões poderiam reforçar o teor de veracidade e atualidade dos dados apurados.

Atualmente, há um crescente foco em discussões sobre as imagens contidas nos relatórios anuais e relatórios de sustentabilidade. Assim, recomenda-se para futuros estudos a análise dessa forma de comunicação das organizações para com os seus diversos públicos

quanto às mensagens que tentam transmitir sobre suas ações de responsabilidade socioambiental.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições, v. 70, 2011.
- BAUMGARTNER, R. J. Managing corporate sustainability and CSR: a conceptual framework combining values, strategies and instruments contributing to sustainable development. **Corporate Social Responsibility Environmental Management**, v. 21, n. 5, p. 258-271, 2014.
- BELTRATTI, Andrea. The complementarity between corporate governance and corporate social responsibility. **The Geneva Papers on Risk and Insurance Issues and Practice**, v. 30, n. 3, p. 373-386, 2005.
- BHIMANI, Alnoor; SOONAWALLA, Kazbi. From conformance to performance: The corporate responsibilities continuum. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 24, n. 3, p. 165-174, 2005.
- BJÖRKLUND, Maria. Influence from the business environment on environmental purchasing—Drivers and hinders of purchasing green transportation services. **Journal of Purchasing and Supply Management**, v. 17, n. 1, p. 11-22, 2011.
- BM&FBOVESPA. **Relatório de Sustentabilidade ou Integrado**. 2015. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/consultas/relatorio-de-sustentabilidade.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 02 nov. 2016.
- DE MORAES, Caroline Moya et al. PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA NO CONTEXTO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 7, n. 2, p. 197, 2017.
- DE OLIVEIRA, Otávio José; SERRAB, José Roberto. Benefícios e dificuldades da gestão ambiental com base na ISO 14001 em empresas industriais de São Paulo. **Revista Produção**, v. 20, p. 429-438, 2010.
- DEGENHART, Larissa et al. Avaliação do grau de evidenciação dos impactos ambientais em relatórios de sustentabilidade e relatórios anuais de empresas brasileiras. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, v. 6, n. 1, p. 81, 2016.
- DUNLOP, Alex. **Corporate governance and control**. Kogan Page Publishers, 1998.
- ELKINGTON, John. Governance for sustainability. **Corporate Governance: An International Review**, v. 14, n. 6, p. 522-529, 2006.
- FERREIRA, Roberto do Nascimento et al. Corporate governance, efficiency, productivity and performance. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 4, p. 134-164, 2013.
- GIUNIPERO, Larry C.; HOOKER, Robert E.; DENSLOW, Diane. Purchasing and supply management sustainability: Drivers and barriers. **Journal of Purchasing and Supply Management**, v. 18, n. 4, p. 258-269, 2012.
- HANCOCK, John. **Investing in corporate social responsibility: a guide to best practice, business planning & the UK's leading companies**. Kogan Page Publishers, 2005.
- HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, p. 277-297, 1999.
- HO, ChiKun. Corporate governance and corporate competitiveness: an international analysis. **Corporate Governance: An International Review**, v. 13, n. 2, p. 211-253, 2005.
- JAMALI, Dima; SAFIEDDINE, Asem M.; RABBATH, Myriam. Corporate governance and corporate social responsibility synergies and interrelationships. **Corporate Governance: An International Review**, v. 16, n. 5, p. 443-459, 2008.
- JO, H.; HARJOTO, M. A. The causal effect of corporate governance on corporate social responsibility. **Journal of business ethics**, v. 106, n. 1, p. 53-72, 2012.

KHAN, A.; MUTTAKIN, M. B.; SIDDIQUI, J. Corporate governance and corporate social responsibility disclosures: Evidence from an emerging economy. **Journal of business ethics**, v. 114, n. 2, p. 207-223, 2013.

LINS, L. S.; SILVA, R. N. S. Responsabilidade Sócio-Ambiental ou Greenwash: uma avaliação com base nos relatórios de sustentabilidade ambiental. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 4, n. 1, 2010.

LUO, Y. **Global Dimensions of Corporate Governance**. Malden: Blackwell Publishing, 2006.

LUTHRA, Sunil et al. Barriers to implement green supply chain management in automobile industry using interpretive structural modeling technique: An Indian perspective. **Journal of Industrial Engineering and Management**, v. 4, n. 2, p. 231-257, 2011.

MARSIGLIA, E.; FALAUTANO, I. Corporate social responsibility and sustainability challenges for a Bancassurance Company. **The Geneva Papers on Risk and Insurance Issues and Practice**, v. 30, n. 3, p. 485-497, 2005.

MATHIYAZHAGAN, K. et al. An ISM approach for the barrier analysis in implementing green supply chain management. **Journal of Cleaner Production**, v. 47, p. 283-297, 2013.

PAGE, Jean-Paul. Corporate governance and value creation. 2005.

PATTON, M. **Qualitative research and evaluation methods**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2002.

RODRIGUE, M. Contrasting realities: corporate environmental disclosure and stakeholder-released information. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v.27, n.1, p.119-149, 2014.

ROVER, S.; TOMAZZIA, E. C.; MURCIA, F. D.; BORBA, J. A.; Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 217-230, abr./maio/jun. 2012.

ROVER, Suliani et al. Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o *disclosure* das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 3, p. 53, 2008.

SIMPSON, Dayna. Institutional pressure and waste reduction: The role of investments in waste reduction resources. **International Journal of Production Economics**, v. 139, n. 1, p. 330-339, 2012.

STRAUSS, A.; CORBIN. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada**. 2. ed. Porto Alegre: Campus, 2008.

TATE, Wendy L.; DOOLEY, Kevin J.; ELLRAM, Lisa M. Transaction cost and institutional drivers of supplier adoption of environmental practices. **Journal of Business Logistics**, v. 32, n. 1, p. 6-16, 2011.

TIROLE, J. Corporate Governance. **Econometrica**, England, v. 69, n. 1, p. 1-35, jan. 2001.

TSOULFAS, Giannis T.; PAPPIS, Costas P. A model for supply chains environmental performance analysis and decision making. **Journal of Cleaner Production**, v. 16, n. 15, p. 1647-1657, 2008.

WALKER, Helen; DI SISTO, Lucio; MCBAIN, Darian. Drivers and barriers to environmental supply chain management practices: Lessons from the public and private sectors. **Journal of purchasing and supply management**, v. 14, n. 1, p. 69-85, 2008.

WU, Guo-Ciang; DING, Jyh-Hong; CHEN, Ping-Shun. The effects of GSCM drivers and institutional pressures on GSCM practices in Taiwan's textile and apparel industry. **International Journal of Production Economics**, v. 135, n. 2, p. 618-636, 2012.

YONGAN, Zhang; MENGHAN, Liu. Research on Green Supply Chain Design for Automotive Industry Based on Green SCOR Model. In: **2011 International Conference on Information Management, Innovation Management and Industrial Engineering**. IEEE, 2011.